VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) - Comunicação de Líder: Sr. Presidente, Ver. Mendes Ribeiro, quero aqui, em nome do meu partido e de toda a nossa militância e dirigentes, desejar ao Ver. Luciano Marcantônio votos de pesar pela passagem do seu pai, que tenha muita luz e paz nesse passamento.

Quero usar este tempo de liderança para falar com os colegas aqui. Ontem, estivemos em um almoço da Associação Comercial de Porto Alegre, que nos proporcionou ouvir nossa Presidente Mônica Leal. Estivemos lá, eu, o Ver. Mauro Pinheiro, o Ver. Adeli Sell e a Ver.ª Lourdes. E lá falavam, na abertura, os representantes da Associação Comercial, os quais questionaram a nós, vereadores, sobre um projeto que nós aprovamos e virou lei aqui nesta Casa, que os devedores de IPTU, os devedores de ISSQN vão para o Serasa, para o SPC, cartório. Lá, se dizia que era um absurdo essa lei que esta Casa aprovou, que tinha que ser revogada essa lei, que nós tínhamos que mudar essa lei. Eu ouvi os argumentos dos membros da Associação Comercial de Porto Alegre a respeito disso, que nós tínhamos que ser sensíveis com a situação por que passam algumas empresas, vereador; que nós tínhamos que nos sensibilizar com empresas que, muitas vezes, juntam dinheiro para pagar o salário dos funcionários. O que me chamou atenção é que essas mesmas empresas que pedem a sensibilidade da Câmara de Vereadores e do prefeito são as mesmas que não têm sensibilidade quando um trabalhador fica desempregado ou, pior, quando um trabalhador tem que juntar as economias da família, se desfazer de algum patrimônio para, muitas vezes, pagar hospital, tratamento de saúde. Essas empresas não ficam sensibilizadas quando um cidadão comum atrasa uma conta; essas empresas colocam esse cidadão comum no SPC e no Serasa, colocam o cidadão comum no cartório como se nada estivesse acontecendo, Ver. Mauro Pinheiro, e aí querem a nossa sensibilidade, sensibilidade da população de Porto Alegre – quando falo nossa é da população de Porto Alegre – por não recolherem os tributos que ajudam na saúde, que ajudam na segurança pública, que ajudam na educação e, principalmente, no que mais reclamam que é a infraestrutura. Eu não entendi, mesmo, os argumentos: eu quero que o Município me dê tudo, que os meus funcionários, quando precisarem de assistência médica, tenham as UPAs, os prontos atendimentos, as UBSs funcionando, eu quero que os meus trabalhadores tenham direito a botar um filho numa creche, numa escola do

Município, eu quero ver as praças podadas, ver o asfalto na Cidade, o esgoto funcionando, mas não quero pagar por isso! Eu quero que o cidadão, aquele que mora lá na periferia, aquele que muitas vezes não tem o dinheiro sequer para pegar um ônibus, pague imposto, mas eu não vou pagar! Então, é uma alegação muito estranha.

O que mais estranhou, também, foi que mudaram de ideia. No ano passado nós recebemos dezenas de empresários aqui querendo que votássemos o projeto do IPTU. Ontem, alguns, pelo menos lá nesse encontro, se manifestaram contrários ao aumento de IPTU, achando que esta Casa é uma casa de marionetes, achando que esta Casa funciona ao bel-prazer deles, mas todos nesta Casa têm posições, todos nesta Casa têm as suas convicções, e, principalmente, a lei é igual para todos. Se um trabalhador vai para o SPC e para o Serasa, qualquer credor do Município também tem que ir para o SPC e Serasa. Seria isso, Sr. Presidente, obrigado. Volto a falar aqui: os nossos pêsames ao Ver. Luciano Marcantônio pela passagem do seu pai no dia de hoje.

(Não revisado pelo orador.)